



Brasília, 16 de março de 2014.

INFORME NACIONAL

17 DE MARÇO: INSTALAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

O CNG será instalado na próxima segunda-feira, 17/03/2014, de acordo com a deliberação da última plenária. A partir da próxima semana deverão ser realizadas rodadas de assembleia onde serão discutidas a proposta apresentada pelo MEC (ver ofício digitalizado) após a reunião do dia 13/03/2014, bem como as avaliações da DN constantes nesse ID. Relembramos às entidades de base da necessidade de informar ao Comando Nacional de Greve a posição aprovada em assembleia.

AVALIAÇÕES DA PROPOSTA DO MEC

CONQUISTA SE GARANTE COM SABEDORIA.

Em pese a necessidade de observarmos os elementos corporativos (que se traduzem na pauta de reivindicação) e, sobretudo, os indicadores sobre a greve que são emitidos das rodadas de negociações, é preciso contextualizar o movimento de greve dos técnicos administrativos em educação na perspectiva da conjuntura. Se a greve dos técnicos não encontram perspectivas para resolução do ponto de vista corporativo – face os limites da conjuntura –, só lhe resta ter com objetivo o elemento político: inserir-se na disputa travada entre os dois programas: neoliberalismo x desenvolvimentismo. Não tenhamos nenhuma dúvida quanto ao papel das forças majoritárias que compõem a direção da Fasubra: elas estarão ao lado da reação.

Temos uma tarefa nesta semana onde a serenidade, mas principalmente a firmeza, serão preponderantes no debate com a categoria sobre as reais possibilidades de avançar no processo de greve. Neste debate não podemos maquiagem a realidade e, portanto é preciso expor todos os elementos da conjuntura para compreender a situação em que fomos colocados.

Reorganizando a memória: em dezembro a categoria avaliou o indicativo de greve dos SPFs,. Na plenária de fevereiro, frustrada a greve geral dos SPFs, a plenária transformou a decisão das bases que aprovaram a greve geral em uma greve específica. Com a deliberação daquela plenária colocamos a categoria numa luta isolada, onde a pauta se centra no cumprimento do acordo tendo também outros elementos de caráter mais político com declaração pública de que quanto aos ganhos financeiros tínhamos limitadores, mas que também tínhamos bandeiras políticas importantes que justificavam a greve. Assim, a questão financeira ficou secundarizada naquela plenária.

Inegavelmente, a aprovação da greve para 17 de março provocou uma reação do governo que de imediato estabeleceu uma agenda de negociação e isto deve ser considerado pela categoria. No entanto, isto não significa que a manutenção da greve vá fazer o governo ceder mais ainda, como afirma a majoritária. A ação do governo de estabelecer uma agenda de negociação foi somente no limite de dar cabo ao cumprimento do acordo de greve no seu todo, ou seja, “bater o martelo” quanto ao resultado dos GTs e tão somente isto.

A direção da Federação, apesar dos discursos diferenciados no microfone, quando se sentou a mesa de negociação no dia 17 de fevereiro, teve a mesma compreensão dos limites impostos pela conjuntura e foi unânime em responder ao governo que não

estávamos ali para repactuar o acordo e apresentar uma pauta nova. E ouvindo a gravação da reunião encontraremos Gibran afirmando ao governo que *"se o governo apresentasse uma proposta com ganhos para a categoria mesmo sem impacto financeiro a categoria iria rever a posição"*. Esta posição se repete na reunião do dia 26 quando, na abertura da reunião o secretário executivo do MEC, Luiz Claudio afirmou que estavam ali para finalizar a negociação do acordo de greve como estava pleiteando a Fasubra e que o debate se daria nestes limites e não estaria em pauta nada que resultasse em impacto financeiro. A chapa majoritária da FASUBRA não apresentou nenhuma contraposição; ao contrario se limitou a questionar a data da próxima reunião para debater os gts. Isto tudo até a nossa intervenção discordando da proposta do governo e insistindo em que os demais pontos da pauta eram desdobramentos do acordo de greve. A utilização deste argumento nos permitiu então incluir no âmbito do debate dos gts pontos da pauta como: aplicação do artigo 30 da lei 12772 aos TAEs; reconhecimento dos cursos de pós graduação feitos no exterior; eleições paritárias para reitor etc... Outro detalhe importante foi o silêncio da majoritária quanto ao fato dos dois pontos políticos - revogação da EBSERH e Reforma da Previdência ou seja admitiram não debater nesta mesa de negociação. Conclusão: acataram sem resmungos a agenda estabelecida pelo governo. Nesta logica, teve sequência ao processo negocial nos limites impostos pelo governo.

Anunciada pelo secretário Paulo Speller a finalização dos trabalhos, não exigiram sequer o estabelecimento de agenda para debater o aprimoramento da carreira.

Importante compreender estes detalhes para ter consciência da tática de mesa utilizada por eles, que denota a contradição entre o discurso e a pratica deles e para, além disto, reconhecer que a politica deles é tão somente contrapor para atender os interesses particulares e não o interesse da categoria.

Com base então na lógica aplicada na mesa negocial, aceitando não haver impacto financeiro e se restringindo ao debate dos resultados dos GTs, é notório que tivemos avanços que não podem ser ignorados, pois na plenária afirmaram, para justificar a greve, que tínhamos questões políticas importantes para a categoria. No campo das bandeiras políticas da categoria registramos então que a proposta do governo de estabelecer a paridade no processo de escolha para reitor nas universidades se constitui numa grande vitória da categoria pois há tempo lutamos pela remoção dos entulhos autoritários de FHC. Ou alguém abandonou esta luta? Buscando ver outros elementos da pauta temos ainda, para consolidar uma conquista dos TAEs que foi o Plano Nacional de Qualificação dos TAEs, na proposta do governo a aplicação do artigo 30 da lei 12772 que elimina a exigência de aguardarmos 03 anos e 04 anos para liberação do trabalhador/a para mestrado e doutorado; a alteração do paragrafo 6º do artigo 10 do PCCTAE (pauta da greve anterior) que além de estender o uso de disciplinas isoladas para efeito de capacitação para toda a categoria inclui agora as disciplina dos cursos de especialização.

Em relação aos demais GTs, temos a aprovação de minuta de portaria estabelecendo o dimensionamento de força de trabalho de acordo com a proposta da FASUBRA; a implementação imediata do que foi consenso no tema da racionalização ficando os dissensos remetidos para a CNSC; e quanto ao reposicionamento dos aposentados ficou mantida a posição do MEC de continuar debatendo dentro do governo. Enfim aquilo que houve consenso será encaminhado e quanto aos dissensos o governo não bateu o martelo mantendo uma agenda de debates.

Quanto aos demais pontos, registramos que a majoritária não exigiu na mesa o debate sobre a EBSERH. Talvez para serem coerentes com a postura inicial de concordar com a agenda do governo.

O que temos que compreender é que a única proposta que atingiria a base como um todo seria a de reajuste geral, a partir do piso, o que está fora de cogitação, pois a federação assinou um acordo de greve 2012 que vale até março de 2015. Assim o que pode ser trabalhado foram avanços que contemplam a categoria no todo, como eleições paritárias, e parcelas da categoria no que tange ao desenvolvimento, principalmente para os novos que hoje já representam mais de 1/3 dos TAEs, o que não é pouca coisa.

Quanto a nossa proposta indicamos aceitar a proposta apresentada pelo governo, resultado da negociação com a FASUBRA e suspendermos a greve específica. Não podemos vacilar, pois se perdermos será vitoriosa a politica do "8 ou 80", ou seja, do tudo ou nada.

Propomos também, seguirmos mobilizados em torno da pauta geral dos SPF, reivindicando política salarial e data-base. Mas num movimento de conjunto e não em uma greve específica e isolada.

Importante levar em consideração as palavras do Ministro da Educação Henrique Paim de que **"não será possível sustentar esta proposta com a greve em curso"**. Traduzindo, todos estes avanços estão condicionados a suspensão da greve.

Bom Debate a todos.
Oposição CUTista na FASUBRA
TRIBO; RESSIGNIFICAR e INDEPENDENTES

É PRECISO LUTAR... É POSSIVEL VENCER!

*"O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos."
Simone de Beauvoir*

Esse documento expressa a posição de parte da direção da FASUBRA que **NÃO** tem acordo que a proposta apresentada pelo governo seja suficiente para suspender nossa greve que se inicia no dia 17/03.

Após a greve de 2012 ficaram pontos no qual o governo dizia não ter condições de atender e assim propôs discuti-los em Grupos de Trabalho (GT's) que teriam 3 meses para concluir suas atividades e logo após estaria estabelecido o processo negocial. Dezoito meses se passaram com mais de 30 reuniões em Brasília (Entre GTs e Audiências no MEC) no qual a FASUBRA investiu politicamente e materialmente no dialogo com o governo para simplesmente nenhuma negociação séria se estabelecer entre as partes.

Somente com a deflagração da greve na plenária de fevereiro de 2014 que o Governo passou a estabelecer negociações com a categoria. Tal negociação iniciou com a posição do MPOG em dizer que NÃO estava autorizado a negociar qualquer ponto que tivesse impacto financeiro. Demonstrando o caráter extremamente limitado das negociações estabelecidas pelo governo com a FASUBRA. Não bastasse já sermos a categoria que possui o pior piso salarial do funcionalismo publico federal R\$ 1140,64 (um salário mínimo e meio), os trabalhadores das universidades federais precisam ainda amargar uma mesa de negociação na qual o governo não dá respostas concretas a temas que estão em nossa pauta há quase 10 anos, desde a implementação do PCCTAE em 2005 (Racionalização, Reposicionamento dos Aposentados, Dimensionamento, Terceirizações e etc..).

Os trabalhadores das universidades federais são um dos pilares que sustenta todo processo de ensino, pesquisa e extensão que é desenvolvido nas universidades brasileiras bem como a própria expansão das IFES. Mas infelizmente a valorização dos trabalhadores da Educação Federal não é prioridade para o governo Dilma que comprometeu metade do orçamento e dos investimentos públicos com o pagamento de juros da dívida. Além de aplicar uma política econômica e privatista que mantém os mesmos princípios do governo tucano de FHC atendendo os interesses de banqueiros e megaempresários, que por sua vez irão doar milhões para as campanhas dos candidatos do governo e seus aliados nas eleições desse ano.

Não é por acaso que milhões de trabalhadores foram às ruas do país em junho de 2013 exigir que os governos gastem menos com a Copa para garantir mais investimentos em saúde, educação e transporte público de qualidade. Abrindo uma nova situação política no país onde cresce as lutas que se enfrentam com patrões, governos e muitas vezes com a justiça através de corajosas greves (Ex. Rodoviários, Garis, Saúde Federal, operários da COMPERJ...). A situação precária de milhões de trabalhadores se choca com a falta de serviços públicos de qualidade em várias cidades gerando conflitos aos quais os governos respondem com truculência através da repressão e criminalização daqueles que querem lutar! No caso do funcionalismo o governo opera no congresso uma lei que restringe o direito de greve. E em relação às denúncias de perseguições políticas apresentadas pela FASUBRA ao MEC, a resposta do governo simplesmente legitimou a truculência dos reitores! Por tanto, é preciso constatar que não há por parte do governo Dilma disposição em conceder qualquer ganho significativo em relação à pauta específica da FASUBRA como também não há acordo em atender a pauta geral do funcionalismo público que contem pontos importantes como a data base, reajuste dos benefícios entre outros... Em relação a essa ultima o governo mais uma vez não cumpriu sua promessa em responder a pauta do funcionalismo antes do carnaval e nem há previsão de quando irá responder.

UMA POLÊMICA NECESSÁRIA.

CUT : Dividir e derrotar a greve para blindar a reeleição de Dilma.

A necessidade da greve vem sendo apontada desde a plenária de setembro/13 e o indicativo de greve para março foi aprovado na plenária nacional de dezembro de 2013. Assim, em fevereiro de 2014 na primeira plenária do ano a categoria deflagrou por ampla maioria a greve para o dia 17/03.

Para a nossa surpresa os companheir@s do campo cutista na última reunião de avaliação das negociações com o governo apresentaram a posição completamente irresponsável de suspender a greve que mal começou para aceitar uma proposta que não atende as expectativas mínimas da categoria. Na opinião dos companheir@s as negociações tiveram avanços significativos principalmente em relação ao GT democratização por conta da paridade, que nada mais é que uma "cereja em um bolo envenenado". Com essa posição os companheiros estão abrindo mão de lutar pelo Aprimoramento da Carreira, pelas 30 horas e contra a EBSEH principalmente numa conjuntura política que é favorável as lutas dos trabalhadores! A posição da CUT está na contra mão do sentimento dos milhares de trabalhadores que estão lotando as assembleias de base e dizendo para a FASUBRA que querem lutar...

Não nos resta dúvida que tal política tem o objetivo de dividir a greve que até o momento tinha unidade na ação entre toda a direção da FASUBRA. O objetivo é evitar um conflito maior que possa desgastar o governo Dilma nas vésperas da Copa e Eleições. Com isso estão cumprindo o papel de agentes do governo no movimento sindical colocando para a nossa categoria o desafio de não só enfrentar a intransigência do governo, mas derrotar a política das direções sindicais governistas e entreguistas! Nosso destino não é diferente de outras categorias de trabalhadores que tiveram que atropelar suas direções sindicais que se recusavam a encaminhar a luta. Assistimos um exemplo recente da luta dos Garis no Rio de Janeiro no qual a direção pelega do sindicato foi atropelada pela base e a greve foi vitoriosa. Estamos vendo o mesmo filme das greves de 2005 e 2011... Desgraçadamente a postura dos companheiros que são contra a greve é priorizar a desqualificação de dirigentes e ativistas que querem lutar, ao invés de construir a unidade necessária para enfrentar os ataques do governo Dilma e seus aliados da direita.

Por fim, reforçamos o chamado a tod@s os trabalhadores das universidades a não recuarem e participarem ativamente das assembleias, reuniões de comando e mobilizações seja em suas cidades ou em Brasília rejeitando a proposta do governo e exigindo o atendimento concreto da nossa pauta. É preciso lutar, é possível vencer!

Viva a greve da FASUBRA e até a vitória!

PROPOSTA DO GOVERNO DIGITALIZADA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
[3º andar – Ed.Sede]
70.047-903 – Brasília – DF

Ofício nº 56/2014-GAB/SESu/MEC

Em, 14 de março de 2014.

À
Direção Nacional da FASUBRA

Assunto: Ofício 031/2014-SEC – FASUBRA

Senhores (as) Coordenadores (as)

Em resposta ao Ofício 031/2014-SEC – FASUBRA, de 17 de fevereiro de 2014, informamos que em reunião realizada neste Ministério da Educação em 26 de fevereiro de 2014, com representantes dessa entidade, foram discutidos e acordados os seguintes itens que são pontos integrantes do acordo assinado entre o MEC e a FASUBRA e que serão encaminhados pelo MEC:

- Extensão do art. 30 da Lei nº 12.772, de 2012, aos técnico-administrativos em educação.
- Cumprimento do acordo de greve de 2012, e cronograma com resolutividade dos relatórios dos GTs.
- Reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado fora do país.
- Aproveitamento de disciplinas da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) para pleitear incentivo à capacitação.
- Não à perseguição e criminalização da luta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
[3º andar – Ed.Sede]
70.047-903 – Brasília –DF

- Liberação de dirigentes sindicais para o exercício de mandato classista.

Foi também acordado o encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de manifestação sobre a reavaliação dos efeitos da vigência das Orientações Normativas que tratam da contagem de tempo especial.

Registramos os encaminhamentos dados nas reuniões realizadas nos dias 06, 07 e 13 de março de 2014, para os quais houve consenso, ou seja, o Ministério da Educação acolheu e adotará as providências no âmbito das instâncias competentes :

- Extensão do artigo 30 da Lei nº 12.772, de 2012, aos técnico-administrativos em educação.

Apresentada proposta de alteração do artigo 30 da lei 12.772, de 2012, para inclusão do técnico-administrativo em educação integrante do PCCTAE.

- Cumprimento do acordo de greve de 2012, e cronograma com resolutividade dos relatórios dos GTs.

GT Racionalização de cargos: Apresentada proposta pelo MEC de encaminhamento para modificação da Lei nº 11.091, de 2005, dos pontos consensuados.

Manutenção do dialogo para negociação dos demais pontos e encaminhamento a Comissão Nacional de Supervisão – CNS de proposta para elaboração das atribuições dos cargos.

GT Dimensionamento da força de trabalho: Apresentada minuta de portaria pelo MEC com orientações sobre o dimensionamento da força de trabalho e modelo de alocação de vagas para o cargo de técnico-administrativo em educação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
[3º andar – Ed.Sede]
70.047-903 – Brasília –DF

GT Democratização das IFE: Discutido e acordado encaminhamentos para alteração da legislação que trata sobre escolha de dirigentes das IPES (autonomia do processo, paridade e uninominal).

GT Terceirização: Acordado encaminhamento de coleta de informações junto as IPES, conforme proposta enviada pela FASUBRA ao MEC, em 13/03/2014.

- Aproveitamento de disciplinas da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) para pleitear o incentivo a capacitação.

Apresentada pelo MEC proposta de alteração do § 6º do art. 10 da Lei nº 11.091, de 2005, para inclusão do curso de especialização e extensão a todos os níveis de classificação da carreira PCCTAE.

- Reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado fora do país.

Aplicação aos técnico-administrativos em educação das mesmas condições e regras vigentes para os docentes de acordo com as normas da CAPES.

- Liberação de dirigentes sindicais para o exercício de mandato classista.

Compromisso de levar o assunto para debate com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- Não à perseguição e criminalização da luta.

O documento apresentado pela FASUBRA ao MEC foi enviado às Universidades para manifestação e posteriormente submetido à avaliação da AECI/MEC e CONJUR/MEC. Foi realizada reunião com representante do MEC e orientado sobre as possibilidades de recurso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
[3º andar – Ed.Sede]
70.047-903 – Brasília –DF

e revisão e ainda, emitido o Ofício Circular nº 004/AECI/GM/MEC, de 25/02/2014, orientando os dirigentes das IFEs para redobrar a atenção, zelo e cautela na instauração de procedimentos disciplinares, com respaldo em evidências consistentes de autoria e materialidade.

Assim, reafirmamos que o MEC cumpriu integralmente o acordo assinado com a FASUBRA até 2015, e reafirmamos o compromisso com o diálogo para construção de soluções que contribuam para o fortalecimento das Instituições Federais de Ensino.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Spellér', written in a cursive style.

PAULO SPELLÉR
Secretário de Educação Superior

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2014

MARÇO

11 e 12	Reuniões do CNS/CISI - Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde
17	DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA
17	INSTALAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE - CNG
19 e 20	Reunião Ordinária CNS
25 e 26	142ª. RO - CIRH

ABRIL

09	Marcha das Centrais Sindicais com atividades nos estados
9 e 10	Reunião Ordinária CNS
12 e 13	143ª. RO - CIRH

MAIO

7 e 8	Reunião Ordinária CNS
21 e 22	144ª. RO - CIRH

JUNHO

4 e 5	Reunião Ordinária CNS
25 e 26	145ª. RO - CIRH

JULHO

16 e 17	Reunião Ordinária CNS
23 e 24	146ª. RO - CIRH

AGOSTO

6 e 7	Reunião Ordinária CNS
20 e 21	147ª. RO - CIRH

SETEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
24 e 25	148ª. RO - CIRH

OUTUBRO

8 e 9	Reunião Ordinária CNS
22 e 23	149ª. RO - CIRH

NOVEMBRO

5 e 6	Reunião Ordinária CNS
19 a 23	CONAE
26 e 27	150ª. RO - CIRH

DEZEMBRO

10 e 11	Reunião Ordinária CNS
11 e 12	1º dia da CIRH concomitante com 2º dia do pleno do CNS.